

## **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO**

- **COORDENAÇÃO:** Professor Marcelo Caetano Vacchiano – Doutor em Ciências Ambientais pela UNEMAT; Promotor de Justiça coordenador do centro de apoio à execução ambiental do MPMT.
- **INÍCIO:** 08 de maio de 2026
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

### **PÚBLICO ALVO**

Profissionais da área do direito e áreas afins, diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam as exigências das instituições.

### **DIFERENCIAL FESMP/MT**

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica matogrossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;
- Qualidade dos cursos, sendo as aulas semipresenciais (12 disciplinas presenciais e 08 em formato à distância ao vivo conforme calendário abaixo) com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: de 01 a 02 fins de semana/mês (conforme calendário),  
às sextas-feiras das 18:30h às 23:15h, sábados das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00 (O horário a partir das 16h é destinado para realização da avaliação);
- Amplo estacionamento com vigia uniformizado;
- Respeito às regras de acessibilidade.

## VALOR DO INVESTIMENTO

- **Taxa de matrícula:** R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- **Público Geral:** 20 parcelas de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), pagamento a vista ou em 02 (duas) vezes acumula 10% de desconto;

- **CONVÊNIOS INSTITUCIONAIS E CORPORATIVOS**

Condições especiais para advogados, empresas e instituições que investem em qualificação. Consulte-nos para mais informações.

Opções de pagamento: boleto bancário, cartões de débito e crédito (pagamento por cartão terá acréscimo das taxas da operadora).

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E PODER EXECUTIVO

A organização político-administrativa do Estado. A Federação brasileira. Entes federativos. Competências. Intervenção federal e estadual. Administração Pública Direta e Indireta. Poder Executivo. Os Ministros de Estado e os Conselhos.

**Aulas nos dias: 08 e 09/05/26 – remoto online**

**Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón**

Doutor em Direito pela PUC-SP. Realizou estudos pós-doutorais na *Universidad Carlos III de Madrid* (Espanha) e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor nos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Direito na PUC/SP e Coordenador da Área de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da PUC/SP. Professor titular do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Pós-graduação *stricto sensu* do Centro Universitário de Bauru - CEUB/ITE. Professor convidado da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e da Escola Paulista da Magistratura. Professor do Curso de Pós-graduação *lato sensu* do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania - IDCC- e professor convidado da *Universidad Libre de Colômbia* e da *Universidad Cooperativa de Colômbia*. Advogado e consultor jurídico e parecerista no campo do Direito Constitucional, Administrativo e Internacional.

### 2. TEORIA DO ESTADO E FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO

Estado, Política e Sociedade. Fundamentos do Estado de Direito. Experiências Totalitárias no sec. XX. Estado de Direito e constitucionalismo no pós 2a Guerra Mundial. Normas constitucionais. Sistema Constitucional Aberto de Princípios e Regras. Regime Político. Democracia e Constituição. República. Presidencialismo x Parlamentarismo. Federalismo e Estado Federal. Perspectivas para o Estado no séc. XXI. Novas tecnologias e riscos de totalitarismo digital.

**Aulas nos dias: – 29 e 30/05/26 – presencial**

**Prof. Dr. Marco Aurélio Marrafon**

DOUTOR (2008) e MESTRE (2005) em DIREITO DO ESTADO pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, com estudos doutorais (sanduíche) na Università degli Studi di ROMA TRE - Itália, sob orientação do Prof. Eligio Resta. Graduado em DIREITO pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). É professor da disciplina de Direito e Pensamento Político na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst (2012-2018). Autor dos livros "Hermenêutica e Sistema Constitucional: A decisão judicial entre o sentido da estrutura e a estrutura do sentido (Florianópolis:Habitus, 2008); "O Caráter Complexo da Decisão em Matéria Constitucional: discursos sobre a verdade, radicalização hermenêutica e fundamentação ética na praxis jurisdicional" (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010) e "Constituição e Poder" vol. I e vol. II (Florianópolis: Empório do Direito, 2016). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional e Administrativo. Organização do Estado e Regulação. Federalismo e Desenvolvimento Regional. Direito Parlamentar. Direito Ambiental. Compliance. Efetividade das Políticas Públicas. Teoria da Constituição e Jurisdição Constitucional. Democracia e Direitos Fundamentais. Hermenêutica Jurídica e Decisão Judicial.

### **3. JURISDIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL**

Jurisdição, Ação, Defesa e Processo no Estado Constitucional. Jurisprudência como fonte do direito. Efeito vinculante das decisões judiciais. Súmulas vinculantes e reclamação constitucional. Sistema de precedentes. Repercussão geral. Ações e recursos repetitivos. Fundamentação das decisões amparadas em precedentes. Dinâmica processual – aplicação, distinção e superação de precedentes.

**Aulas nos dias: 12 e 13/06/26 – remoto online**

**Prof. Dr. Marco Aurélio Marrafon**

DOUTOR (2008) e MESTRE (2005) em DIREITO DO ESTADO pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, com estudos doutorais (sanduíche) na Università degli Studi di ROMA TRE - Itália, sob orientação do Prof. Eligio Resta. Graduado em DIREITO pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). É professor da disciplina de Direito e Pensamento Político na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst (2012-2018). Autor dos livros "Hermenêutica e Sistema Constitucional: A decisão judicial entre o sentido da estrutura e a estrutura do sentido (Florianópolis: Habitus, 2008); "O Caráter Complexo da Decisão em Matéria Constitucional: discursos sobre a verdade, radicalização hermenêutica e fundamentação ética na praxis jurisdicional" (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010) e "Constituição e Poder" vol. I e vol. II (Florianópolis: Empório do Direito, 2016). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional e Administrativo. Organização do Estado e Regulação. Federalismo e Desenvolvimento Regional. Direito Parlamentar. Direito Ambiental. Compliance. Efetividade das Políticas Públicas. Teoria da Constituição e Jurisdição Constitucional. Democracia e Direitos Fundamentais. Hermenêutica Jurídica e Decisão Judicial.

### **4. PODER JUDICIÁRIO E TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Judiciário, Constitucionalismo e Estado de Direito; Judiciário e Democracia; Acesso à jurisdição; Interpretação/aplicação do Direito; Jurisprudência defensiva; Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional; Superior Tribunal de Justiça; Justiça Federal e Estadual; Conselho Nacional de Justiça; A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais; Controle de constitucionalidade; Tutela de direitos coletivos.

**Aulas nos dias: 03 e 04/07/26 - presencial**

**Prof. Dr. Eduardo Calmon de Almeida Cezar**

Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (2001), Mestrado (2017) e Doutorado (2021) em Direito do Estado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Coordenador do Curso Oficial de

Formação Inicial de Magistrados (biênio 2021/2022). Professor de direito administrativo da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), da UFMT e da ESMAGIS (Escola Superior da Magistratura). Professor em cursos preparatórios para concursos públicos do CERS e da EMAM. Professor da pós-graduação em Direito Administrativo e Processo Administrativo da ESMAGIS e da Faculdade Prime. Foi diretor da Escola da Magistratura de Mato Grosso (EMAM), biênio (2019-2020). Aprovado em 1 lugar para o cargo de professor de direito do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT-2019). Foi Juiz Substituto no Estado de São Paulo (2004), Promotor de Justiça no Estado de Sergipe (2003/2004) e Defensor Público no Distrito Federal (2003). Foi aprovado e nomeado no concurso de Juiz Federal Substituto da 3 Região (2011). Juiz Auxiliar da CGJ/MT (2021-2022). Autor de Livros.

##### **5. DIREITOS FUNDAMENTAIS: TEORIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

A constitucionalização dos direitos e seus efeitos. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos individuais: categorias, titulares e garantias. Tratados internacionais de direitos humanos. Direitos sociais: tipologia, efetividade e limites. O STF e os direitos fundamentais. Concretização responsável dos direitos fundamentais. Direitos Fundamentais em tempos de crise e em épocas extraordinárias.

**Aulas nos dias: 17 e 18/07/26 – presencial**

**Prof. Dr. Paulo Henrique Amaral Motta**

Pós-doutor (estágio pós-doutoral) pela Università di Bologna, através da Scuola Superiore di Studi Giuridici. Pós-doutor (estágio pós-doutoral) pela Universidade de Coimbra, através do Centro de Direitos Humanos de Coimbra. Doutor em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, cujo título foi reconhecido pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Direito. Atua com temas relacionados com Direitos Humanos, Direito Ambiental, Erradicação da Pobreza. Parecerista em periódicos nacionais e internacionais. Membro do Ministério Público de Mato Grosso. Membro da Comissão de Políticas Ambientais, Econômicas e Sociais (CEESP) da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). Membro do Grupo Nacional de Atuação do Ministério Público em Apoio Comunitário, Participação e Inclusão Sociais, e Combate à Fome (GNA-Social). Atua perante o Juizado da Infância e Juventude em Cuiabá/MT, inclusive tendo sido designado junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Infância e Juventude. Coordenou o Centro de Apoio Operacional às Políticas de Assistência Social no Ministério Público de Mato Grosso (2023-2025). Atuou no Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (GAECO) no Ministério Público de Mato Grosso (2023). Coordenou a Escola Institucional do Ministério Público de Mato Grosso (2021-2023). Coordenou o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor no Ministério Público de Mato Grosso (2019-2021). Foi Diretor da MPCON - Associação do Ministério Público do Consumidor (2020-2022).

##### **6. ESTADO CONTEMPORÂNEO: REGULAÇÃO, TECNOLOGIA E VULNERABILIDADES**

Concepções de Estado e eficácia da atividade estatal em relação à economia. Teoria da Regulação Econômica. Fundamentos da regulação. Órgãos de controle e agências reguladoras. Concorrência e livre iniciativa. Inovação e tecnologias. Tutela de grupos vulneráveis: afrodescendentes, indígenas, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência. Direito à identidade de gênero. Consumidores vulneráveis. Princípio da Solidariedade.

**Aulas nos dias: 31/07 e 01/08/26 – remoto online**

**Prof. Dr. Gregório Assagra de Almeida**

Pós-doutor pela Syracuse University, New York, Estados Unidos, quando *Visiting Scholar* e bolsista Capes em estágio sênior. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Professor e foi coordenador do Curso de Mestrado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Assessor da Corregedoria-Geral do MPMG. Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNMP.

## **7. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE PENAL DE AGENTES PÚBLICOS**

Estudo dos crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal e na legislação especial, com fundamento na tutela penal da legalidade, da moralidade administrativa e da regularidade do serviço público. Análise dos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral e contra a Administração da Justiça, bem como dos crimes praticados por particulares contra a Administração Pública. Exame dos conceitos de funcionário público para fins penais, equiparações legais, autoria e concurso de agentes, com destaque para a responsabilidade penal de servidores, gestores e agentes políticos. Análise da jurisprudência do STF, do STJ e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso sobre peculato, corrupção passiva e ativa, concussão, prevaricação, inserção de dados falsos em sistemas de informação, organização criminosa, abuso de autoridade e crimes funcionais correlatos. Estudo da investigação e da persecução penal, com ênfase na atuação do Ministério Público, da polícia judiciária e dos órgãos de controle, bem como na interação com processos administrativos disciplinares e ações de improbidade administrativa. Desenvolvimento de estudos de casos práticos envolvendo responsabilização penal de servidores públicos e agentes políticos.

**Aulas nos dias: 14 e 15/08/26 – presencial**

**Prof. Me. Aldo Kawamura Almeida**

Mestre em Direito - PUC/MG (2023-2025). Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Paranaense (2015). Foi assessor jurídico do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul (2010), Advogado (2011-2015). Atualmente é Promotor de Justiça com atuação na área criminal.

## **8. DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO**

Postulados Constitucionais do Direito Administrativo: organização, função e regime jurídico. Princípios constitucionais explícitos: Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Eficiência e Moralidade. Princípios constitucionais implícitos: Supremacia do Interesse Público, Indisponibilidade dos Interesses Públicos, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica. Hermenêutica do Direito Público e a nova LINDB. Atos administrativos e seu controle.

**Aulas nos dias: 28 e 29/08/26 - presencial**

**Prof. Me. Miguel Silhessarenko Junior**

Doutorando em direito pela FADISP. Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Promotor de Justiça da Cidadania em Cuiabá/MT. Autor de artigos jurídicos.

## **9. QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO: POLÍTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS**

Dedica ao estudo do processo de tomada de decisão na Administração Pública, com ênfase na qualificação das escolhas e na formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Em um cenário de crescente complexidade e recursos escassos, o módulo

visa aprofundar a compreensão sobre como tornar as decisões administrativas mais legítimas, eficientes e eficazes. Serão debatidos os métodos para a construção de políticas públicas, desde o planejamento e o diálogo com a sociedade até a implementação, o monitoramento e a avaliação de resultados, deslocando o foco da análise apenas do resultado para a qualidade do processo decisório. 1. O Ciclo de Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação. 2. O Conceito de "Políticas Públicas Baseadas em Evidências". 3. Fontes de Evidências e Critérios para sua Utilização. 4. Processo Administrativo e Motivação de Decisões Complexas. 5. Mecanismos de Participação Social na Formulação de Políticas. 6. Avaliação de Impacto Regulatório e Análise de Custo-Benefício. 7. Transparência, Legitimidade e Accountability no Processo de Escolha Pública.

**Aulas nos dias: 11 e 12/09/26 – remoto online**

**Prof. Me. Vinicius Filipin**

Mestre em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Professor e Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia em Mediação, em Segurança Pública, em Segurança Privada, em Serviços Registrados e Notariais, em Serviços Judiciários e em Serviços Penais da UniRitter. Professor de Direito Administrativo em Programas de Pós-Graduação Lato Sensu. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Constitucional, Teoria do Estado e Teoria do Direito. Advogado administrativista.

## **10. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E AÇÕES CONSTITUCIONAIS**

Princípios Constitucionais Processuais e o novo CPC. Direito de Ação e Petição. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Ações de Controle Concentrado. O papel de estabilização dos Precedentes. Precedentes Vinculantes e Persuasivos.

**Aulas nos dias: 25 e 26/09/26 - presencial**

**Prof. Dr. Caio Márcio Loureiro**

Doutor em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Especialista em Direito Processual Civil pela Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha" (Univem). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Promotor de Justiça no Estado de Mato Grosso.

## **11. REGIME DISCIPLINAR E PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: PAD, SINDICÂNCIA E A DEFESA DO SERVIDOR**

Examina a responsabilidade do agente público e os procedimentos de apuração de infrações funcionais sob a ótica do processo administrativo sancionador. O curso analisa o regime disciplinar estatutário, as penalidades aplicáveis e os princípios constitucionais que regem o poder disciplinar. Serão estudados em profundidade o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a Sindicância, com ênfase nas garantias constitucionais asseguradas ao servidor, como o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência. A análise aborda a independência entre as esferas de responsabilização e o controle judicial do processo disciplinar, à luz da Lei 8.112/90 e da jurisprudência dos tribunais superiores. 1. O Poder-Dever Disciplinar da Administração Pública. 2. Regime Jurídico dos Servidores e o Estatuto (Lei 8.112/90). 3. Infrações e Penalidades Administrativas. 4. O Processo Administrativo Sancionador: Princípios e Fases. 5. Sindicância (Investigatória e Punitiva) e Termo de Ajustamento de

Conduta (TAC). 6. Processo Administrativo Disciplinar (PAD): Instauração, Instrução, Defesa e Julgamento. 7. Garantias Constitucionais e a Defesa do Servidor no PAD. 8. Prescrição da Pretensão Punitiva. 9. Independência entre as Esferas Civil, Penal e Administrativa. 10. Controle Judicial do Processo Disciplinar

**Aulas nos dias: 09 e 10/10/26 – remoto online**

**Prof. Ms. Fabricio Lopes Oliveira**

Possui mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), e Especialização em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (2005). Procurador Federal.

## **12. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Princípios do novo regime de contratação pública. Licitações e Contratos Administrativos. Novo Marco Legal de Contratação Pública. Inovações: fase de planejamento, licitações, contratações diretas e contratos administrativos. Visão sistêmica do processo de contratação. Direito intertemporal.

**Aulas nos dias: 06 e 07/11/26 – presencial**

**Prof. Dr. Grhegory Paiva Pires Moreira Maia**

Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito FADISP, em regime de cotutela com a Universidad de Salamanca (Espanha). Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito FADISP. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Campo Grande (2006). Procurador de carreira da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com posse em 01/08/2014, tendo exercido a função de Procurador-Geral no período de 16/03/2018 a 31/01/2020. Atualmente exerce a função de Consultor Jurídico Geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para o qual se encontra cedido desde 01/02/2020. É Coordenador Pedagógico da Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados do Poder Legislativo (ANPAL). Foi professor voluntário na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso no período de 2019 a 2022.

## **13. LICITAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Direito de Petição. Processo administrativo (Lei 9784/99, Lei 13655/18). Controle do procedimento. Espécies recursais (Impugnação, Pedido de Esclarecimentos, Recurso Hierárquico, Representação, Pedido de Reconsideração). Rito recursal. Teses aplicáveis e questões na análise dos Recursos. Representação perante os Tribunais de Contas.

**Aulas nos dias: 04 e 05/12/26 - presencial**

**Profa. Ms. Julia Natalia Araujo Santos**

Mestra em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGD/UFMT). Ocupa o cargo de Assistente Jurídico na Consultoria Jurídica Geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com atuação na área de licitações e contratos administrativos. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (FD/UFMT). Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional da UFMT (GConst/UFMT). Organizadora das obras Direitos Fundamentais e Constituição: teoria e hermenêutica (2022) e Direito Constitucional: temas contemporâneos (2023).

## **14. GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO**

Projetos de concessão de serviço público ou obra pública: estruturação, celebração e gestão do contrato. Manifestação de interesse, alocação de riscos, análise do value for money e elaboração do edital. Cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo e financiamento. Contratos de concessão pós-COVID-19.

**Aulas nos dias: 29 e 30/01/27 – presencial**

### **Prof. Ms. Fabricio Lopes Oliveira**

Possui mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), e Especialização em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (2005). Procurador Federal.

### **15. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO**

A Pesquisa Jurídica Científica. O Pensamento Jurídico e sua influência na pesquisa do Direito Contemporâneo. A Pesquisa no Direito Processual Civil e a investigação de conformidade com a nova metódica do CPC. Problema, Hipótese, Objetivos Geral e Específicos. Processo de Pesquisa e Métodos de Investigação. Projetos de Pesquisa e elaboração de artigos científicos. Normas Técnicas aplicáveis aos Trabalhos Científicos. Publicações Científicas.

**Aulas nos dias: 12 e 13/02/27 – remoto online**

### **Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira**

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada.

### **16. GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Análise econômica do direito aplicada à Administração Pública. Instituições jurídicas e eficiência. Ordem Pública de Controle e de Direção. Contratos públicos: moralidade, custos e inibição do oportunismo. Análise de impacto regulatório. Consequencialismo nas decisões administrativas.

**Aulas nos dias: 26 e 27/02/27 – presencial**

### **Prof. Dr. Ferdinando Scremin Neto**

Pós-doutorando em Direito Empresarial (UNICURITIBA). Doutor em Direito Empresarial (UNINOVE, 2024). Doutor em Função Social do Direito (FADISP, 2025). Pós-graduado em direito aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná (2004), tendo sido laureado. Mestre em Direito Processual e Cidadania (UNIPAR, 2022). Professor do Qconcursos e do curso DAMASIO. Professor da EMAP - Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP/MT). Professor de pós-graduação lato sensu da PUCPR. Professor do curso de Direito da Universidade Paranaense (graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* - Mestrado). Foi Técnico Judiciário da Justiça Federal no Paraná entre 2004 e 2006, Analista Processual do MPU (2006-2007), Delegado de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (2007-2008), Juiz de Direito em Alagoas (2008-2014). Atualmente é Juiz de Direito no Estado do Paraná. Autor de artigos jurídicos publicados em obras coletivas junto à editora Juruá, DPlácido e LEX Editora S/A. Autor de livros na área de Processo Civil e Direito Administrativo publicados pelas editoras Revista dos Tribunais, RIDEEL e DIALÉTICA. Instagram: @prof\_ferinandoscremin

### **17. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: REGIME JURÍDICO, JURISPRUDÊNCIA E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

Estudo do regime jurídico da improbidade administrativa à luz dos fundamentos constitucionais da moralidade e da probidade administrativa. Análise da Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, destacando a exigência de dolo específico, a tipificação das condutas e o novo regime sancionatório. Exame dos sujeitos da improbidade, das espécies de atos ímprobos e das sanções

aplicáveis, com enfoque nos critérios de dosimetria e proporcionalidade. Análise da jurisprudência do STF, do STJ e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com estudo de precedentes relevantes e casos paradigmáticos. Estudo do procedimento da ação de improbidade administrativa, da fase investigatória à sentença, com destaque para a atuação do Ministério Público, dos órgãos de controle e da advocacia pública. Análise de instrumentos consensuais, como o acordo de não persecução cível, e desenvolvimento de estudos de casos práticos envolvendo responsabilização por atos de improbidade administrativa.

**Aulas nos dias: 12 e 13/03/27 - presencial**

**Prof. Ms. Taiana Castrillon Dionelo**

Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso (MPMT). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Civil, Direitos Difusos e Coletivos. Especialista em Direito Ambiental - Desenvolvimento Sustentável. Especialista em Ministério Público Resolutivo e Gestão de Excelência. Mestra em Direito com distinção Magna Cum Laude pela PUC MINAS. Doutoranda em Direito pela PUC MINAS.

## **18. COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Corrupção e seus impactos. Fundamentos e desafios do compliance no setor público. Parâmetros de um sistema de integridade. Compliance nas Contratações Públicas: obrigação contratual, critério de desempate, redução de sanção e reabilitação. Avaliação e certificação dos programas. Gestão de riscos: mapa e matriz de riscos.

**Aulas nos dias: 02 e 03/04/27 – remoto online**

**Prof. Dr. Talden Queiroz Farias**

Doutor em Recursos Naturais pela UFCG e doutor em Direito pela UERJ (com distinção), tendo feito estágio de doutoramento sanduíche pela Universidade de Paris 1/Pantheón-Sorbonne (bolsa CAPES-COFECUB). Pós-Doutor em Direito da Cidade pela UERJ. Advogado e professor de Direito Ambiental da UFPB e da UFPE (graduação e pós-graduação). É autor dos livros "Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos" (8. ed. Fórum, 2022), "Competência administrativa ambiental" (2. ed. Lumen Juris, 2022), "Introdução ao direito ambiental" (Del Rey, 2009) e "Direito ambiental: tópicos especiais" (UFPB, 2007), além dos vários artigos científicos e capítulos de livros.

É organizador de várias obras, a exemplo de "Direito ambiental atualizado" (2. ed. RT, 2021), "Planejamento urbano de energias renováveis: diálogos franco-brasileiros" (Editor, 2016) e "Direito ambiental: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade" (Fórum, 2010).

## **19. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS E JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

Hierarquia das normas no ordenamento jurídico brasileiro. Processo legislativo constitucional. Elaboração de leis complementares e ordinárias. Medidas provisórias e decretos. Processo de elaboração de normas administrativas: resoluções, portarias, instruções normativas, regulamentos e atos administrativos normativos. Competência normativa. Regulamentos autônomos e de execução. Controle de legalidade e constitucionalidade das normas. Jurisprudência administrativa e judicial na interpretação e aplicação das normas.

**Aulas nos dias: 23 e 24/04/27 - presencial**

**Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón**

Doutor em Direito pela PUC-SP. Realizou estudos pós-doutorais na *Universidad Carlos III de Madrid* (Espanha) e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor nos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Direito na PUC/SP e Coordenador da Área de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da PUC/SP.

Professor titular do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Pós-graduação *stricto sensu* do Centro Universitário de Bauru - CEUB/ITE. Professor convidado da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e da Escola Paulista da Magistratura. Professor do Curso de Pós-graduação *lato sensu* do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania - IDCC- e professor convidado da *Universidad Libre de Colômbia* e da *Universidad Cooperativa de Colômbia*. Advogado e consultor jurídico e parecerista no campo do Direito Constitucional, Administrativo e Internacional.

## **20. TEORIA DO ATO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: VALIDADE, CONTROLE E SEGURANÇA JURÍDICA**

Promove uma análise aprofundada da teoria dos atos administrativos e do processo administrativo como instrumentos essenciais para a manifestação e o controle da atuação estatal. A disciplina examina a formação, os elementos, os atributos e as espécies de atos, com foco especial nos vícios que afetam sua validade e nas formas de invalidação. Na dimensão processual, serão estudados os princípios e as garantias do processo (Lei 9.784/99), a participação do administrado e os recursos cabíveis. A análise incorpora, de forma central, as alterações promovidas pela Lei 13.655/18 (LINDB) e seu impacto na segurança jurídica, na motivação e no consequencialismo das decisões administrativas, fortalecendo a previsibilidade na relação entre Estado e cidadão. 1. Teoria dos Atos Administrativos: Conceito, Elementos e Atributos. 2. Validade e Vícios dos Atos Administrativos: Nulidade e Anulabilidade. 3. Mérito Administrativo, Discricionariedade e Controle Judicial. 4. Invalidação, Revogação e Convalidação. 5. Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/99): Princípios e Garantias. 6. Motivação das Decisões e o Impacto da Nova LINDB. 7. Segurança Jurídica e Proteção da Confiança no Direito Administrativo. 8. Recursos Administrativos e a Coisa Julgada Administrativa

**Aulas nos dias: 21 e 22/05/27 – remoto online**

**Prof. Dr. Oksandro Gonçalves**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado/Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor titular de Direito Comercial da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Editora Fórum. Coordenador da Revista de Direito Empresarial. Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutor em Direito Comercial - Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado.